

## **1) O que significam, na prática, os conceitos de «pensão de alimentos» e de «obrigação de alimentos»? Quem tem direito a alimentos de outra pessoa e quem é obrigado a pagar alimentos a outra pessoa?**

O Código da Família da Ucrânia (*Simeiny kodeks Ukrainy*) estabelece as especificidades das relações familiares entre cônjuges, pais e filhos, a mãe e o pai de uma criança, bem como entre outros membros da família nele definidos, conferindo-lhes um determinado número de direitos e obrigações.

O conceito de «alimentos», na aceção do direito da família da Ucrânia, estabelece que uma pessoa deve dispor das condições necessárias para a vida, a educação, o desenvolvimento, etc.,

o que inclui a satisfação das necessidades básicas da pessoa (em especial, alimentação, vestuário, lazer, educação e cuidados médicos). Pela sua natureza jurídica, o direito a alimentos é um direito de propriedade subjetivo especial. O exercício deste direito tem as suas próprias especificidades, uma vez que pode ser exercido por acordo ou ser imposto (obrigação de alimentos/pensão de alimentos).

As pessoas enumeradas *supra* ficam igualmente obrigadas a pagar alimentos a terceiros em determinadas circunstâncias. As pensões de alimentos podem ser pagas voluntariamente ou ter subjacente uma decisão judicial.

A pensão de alimentos (*alimenty*, também «alimentos» e/ou «pensão de alimentos em benefício dos filhos») é a pensão de alimentos exigida por lei que deve ser paga por:

- um dos progenitores de um(a) filho(a) menor de idade (artigo 180.º do Código da Família da Ucrânia),
- ambos os progenitores de um(a) filho(a) menor de idade (artigos 198.º e 199.º do Código da Família da Ucrânia),
- um filho(a) adulto(a) aos seus pais (artigo 202.º do Código da Família da Ucrânia),
- um cônjuge ao seu cônjuge (artigo 75.º do Código da Família da Ucrânia),
- um ex-cônjuge ao seu ex-cônjuge (artigo 76.º do Código da Família da Ucrânia),
- uma mulher e um homem que não tenham uma relação de casamento oficial (artigo 91.º do Código da Família da Ucrânia).

Pode também ser necessário prever despesas suplementares para um(a) filho(a) devido a circunstâncias especiais (desenvolvimento das competências da criança, doença, etc.) ou para a subsistência dos progenitores (devido a doença grave, deficiência ou enfermidade).

Além disso, o Direito da Família da Ucrânia estabelece a responsabilidade de os avós sustentarem os seus netos; a responsabilidade de alimentos de os netos e bisnetos sustentarem os seus avós e bisavós; a responsabilidade de os irmãos se sustentarem; a responsabilidade de os pais sustentarem os seus enteados; a responsabilidade de outras pessoas sustentarem uma criança; a responsabilidade de os enteados sustentarem os pais; a responsabilidade de uma pessoa sustentar as pessoas com quem vivia como família até atingir a maioridade.

## **2) Até que idade uma criança tem direito a receber alimentos? Qual é a diferença entre as regras jurídicas em matéria de alimentos para filhos e de alimentos para adultos?**

Nos termos do artigo 180.º do Código da Família da Ucrânia, os progenitores têm a responsabilidade de sustentar o(a) filho(a) até que este(a) atinja a maioridade, ou seja, até aos 18 anos.

A responsabilidade de os progenitores sustentarem os filhos nasce e dura até atingirem a maioridade. Esta responsabilidade não cessa mesmo no caso de os filhos adquirirem plena capacidade jurídica antes de atingirem a maioridade por casamento, se a idade para poderem casar tiver diminuído.

Se um(a) filho(a) adulto(a) prosseguir os seus estudos e, conseqüentemente, necessitar de apoio material, os progenitores têm a responsabilidade de o(a) sustentar até aos vinte e três anos de idade, desde que os progenitores disponham dos meios para o fazer (artigo 199.º do Código da Família da Ucrânia).

A responsabilidade de sustentar uma criança é partilhada equitativamente pela mãe e pelo pai e não é conjunta, mas sim pessoal e individual. Os progenitores têm a responsabilidade de sustentar um(a) filho(a), independentemente do seu estado civil (por exemplo, se a criança tiver

nascido numa união de facto). A obrigação de alimentos mantém-se válida mesmo que a criança tenha nascido num casamento posteriormente anulado ou que os progenitores tenham sido privados dos seus direitos parentais.

A responsabilidade das pessoas em causa de pagar alimentos a outras pessoas surge em determinadas condições e tendo em conta todas as circunstâncias relacionadas entre si.

As normas jurídicas relativas à responsabilidade de pagar alimentos para crianças e a pensão de alimentos para adultos variam em função dos motivos dessa responsabilidade, do montante da pensão de alimentos e dos seus beneficiários.

**3) A responsabilidade pelo sustento de uma criança cessa automaticamente depois de a criança atingir a maioridade? Quando é que a criança atinge a maioridade? Se a responsabilidade cessar automaticamente, indique as normas jurídicas pertinentes.**

Nos termos do artigo 6.º do Código da Família da Ucrânia, uma pessoa que não tenha atingido a maioridade tem o estatuto jurídico de criança. O termo «menor» no direito ucraniano designa uma criança que não atingiu os 14 anos de idade. O termo «jovem» na legislação ucraniana designa uma criança cuja idade esteja compreendida entre os 14 e os 18 anos.

De acordo com as normas do direito civil, uma pessoa atinge a maioridade aos 18 anos de idade [artigo 34.º do Código Civil da Ucrânia (*Tsyvilny kodeks Ukrainy*)].

Nos termos do artigo 188.º do Código da Família da Ucrânia, só uma decisão judicial pode libertar os pais da responsabilidade de sustentar o filho, na condição de o rendimento do filho exceder largamente o rendimento de qualquer dos progenitores e satisfazer plenamente as necessidades do filho. Se o filho tiver deixado de auferir rendimentos ou os seus rendimentos tiverem diminuído, a pessoa em causa tem o direito de intentar uma ação judicial para obter a pensão de alimentos.

Além disso, o artigo 189.º do Código da Família da Ucrânia prevê que os progenitores podem celebrar um contrato de apoio aos filhos, no qual determinam o montante e a frequência dos pagamentos. Os termos do contrato não podem violar os direitos das crianças previstos no Código. O contrato deve ser redigido por escrito e autenticado por um notário.

Nos termos do artigo 190.º do Código da Família da Ucrânia, o progenitor com quem o(a) filho(a) vive e o progenitor que reside separadamente do(a) filho(a) podem, com a autorização da autoridade de tutela e de guarda, celebrar um contrato que ponha termo ao direito à pensão de alimentos em benefício dos filhos relacionado com a transferência da propriedade de bens imóveis (moradia, apartamento, terreno, etc.),

contrato esse que deve ser certificado por um notário. Nos termos desse contrato, a titularidade da propriedade de um bem imóvel produz efeitos a partir do momento em que é inscrita no registo público, conforme exigido por lei. A propriedade de um bem imóvel é adquirida apenas pela criança ou pela criança e pelo progenitor com quem a criança vive como coproprietária. Se esse contrato tiver sido celebrado, o progenitor que vive com a criança compromete-se a sustentar sozinho a criança.

A celebração de um contrato não dispensa o progenitor que reside separadamente da criança da sua responsabilidade de partilhar as despesas adicionais para a criança.

Os artigos 198.º a 200.º do Código da Família da Ucrânia preveem igualmente que os progenitores devem manter o(a) seu(sua) filho(a) adulto(a) que necessite de apoio material, desde que disponham dos meios para o fazer.

Se o(a) filho(a) adulto(a) prosseguir os seus estudos e, por conseguinte, necessitar de apoio material, os progenitores têm a responsabilidade de o(a) sustentar até aos 23 anos, desde que disponham dos meios para o fazer. O direito a alimentos cessa quando terminarem os seus estudos.

O progenitor com quem vive o(a) filho(a), bem como o(a) filho(a) que prossegue os seus estudos, tem o direito de intentar uma ação judicial para cobrar alimentos.

O tribunal fixa o montante da pensão de alimentos a pagar ao(à) filho(a) adulto(a), em montante fixo e/ou em percentagem dos ganhos (rendimentos) do devedor de alimentos, tendo em conta as circunstâncias previstas no artigo 182.º do referido Código.

Ao determinar o montante da pensão de alimentos a pagar por um dos progenitores, o tribunal tem em conta a capacidade do outro progenitor, do seu cônjuge ou do(a) filho(a) adulto(a) para contribuir para o sustento.

#### **4) Como e a quem deve ser paga a pensão de alimentos?**

Nos termos das disposições do Código da Família da Ucrânia, as seguintes pessoas têm direito a alimentos:

1. Cônjuge com incapacidade para o trabalho e que necessite de apoio material, desde que o outro cônjuge disponha dos meios para o fazer (artigo 75.º do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos do artigo 76.º do Código da Família da Ucrânia, a dissolução do casamento não põe termo ao direito a alimentos adquirido durante o casamento.

Após a dissolução do casamento, uma pessoa tem direito a alimentos se for considerada incapaz para o trabalho antes da dissolução do casamento ou no prazo de um ano a contar da data da dissolução do casamento e necessitar de apoio material, desde que o ex-cônjuge disponha dos meios necessários para o fazer.

Uma pessoa tem igualmente direito a alimentos se ficar inválida mais de um ano após a data da dissolução do casamento, se a sua invalidez resultar de um comportamento ilícito do seu ex-cônjuge em relação a essa pessoa durante o casamento.

Se, no momento da dissolução do casamento, o cônjuge estiver a menos de cinco anos de uma idade legal de reforma, terá direito a alimentos depois de atingir essa idade de reforma, desde que tenham vivido juntos no casamento durante, pelo menos, 10 anos.

Se, devido à educação de um(a) filho(a), à manutenção do agregado familiar, à prestação de cuidados a membros da família, a doença ou a qualquer outra circunstância importante, um dos cônjuges não tiver podido obter formação, trabalhar ou ocupar uma posição comparável, esse cônjuge tem direito a alimentos se houver dissolução do casamento, mesmo que tenha capacidade para o trabalho, desde que necessite de apoio financeiro e o seu ex-cônjuge disponha dos meios necessários para o fazer.

Neste caso, o direito à pensão de alimentos dura três anos a contar da data da dissolução do casamento.

Os artigos 77.º e 78.º do Código da Família da Ucrânia preveem que a pensão de alimentos para um dos cônjuges é paga pelo outro cônjuge em espécie ou financeiramente, por acordo.

Por regra, a pensão de alimentos por decisão judicial é concedida financeiramente a um dos cônjuges.

A pensão de alimentos é paga mensalmente. De comum acordo, a pensão de alimentos pode ser paga antecipadamente.

Os cônjuges têm igualmente o direito de celebrar um contrato de prestação de alimentos a um deles, no qual podem estabelecer as condições, o montante e a periodicidade das pensões de alimentos.

O contrato deve ser redigido por escrito e autenticado por um notário.

Se um dos cônjuges não cumprir as obrigações que lhe incumbem por força do contrato de alimentos, é possível cobrar alimentos com base num título executivo de um notário.

2. Esposa grávida: nos termos do artigo 84.º do Código da Família da Ucrânia, a pensão de alimentos que lhe foi concedida é paga após o nascimento da criança, sem necessidade de uma decisão adicional.

A esposa grávida tem direito a alimentos, quer trabalhe ou não, independentemente da sua situação financeira, desde que o marido disponha dos meios necessários para prestar apoio financeiro.

A esposa grávida, bem como a esposa com quem a criança vive, também tem direito a alimentos em caso de dissolução do casamento.

3. Esposa ou marido com quem a criança vive (artigos 84.º e 86.º do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos do artigo 84.º do Código da Família da Ucrânia, a esposa com quem a criança vive tem direito a alimentos do seu marido, o pai da criança, até que esta atinja os três anos.

Se a criança tiver deficiência física ou mental, a esposa com quem a criança vive tem direito a alimentos do marido até a criança atingir os seis anos.

A esposa com quem a criança vive tem direito a alimentos, quer trabalhe ou não, independentemente da sua situação financeira, desde que o marido disponha dos meios necessários para o fazer.

O direito do marido a alimentos se a criança viver com ele é estabelecido pelo artigo 86.º do Código da Família da Ucrânia.

O marido com quem a criança vive tem direito a alimentos da sua esposa, a mãe da criança, até que esta atinja os três anos.

Se a criança tiver deficiência física ou mental, o marido com quem a criança vive tem direito a alimentos da sua esposa até a criança atingir os seis anos.

O marido com quem a criança vive tem direito a alimentos, quer trabalhe ou não, independentemente da sua situação financeira, desde que a esposa disponha dos meios necessários para o fazer.

O marido com quem a criança vive, também tem direito a alimentos após a dissolução do casamento.

4. Um dos cônjuges, incluindo um cônjuge capaz de trabalhar, mas que vive com um filho portador de deficiência que necessita de cuidados constantes, desde que o outro cônjuge disponha dos meios necessários para prestar apoio material (artigo 88.º do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos do artigo 88.º do Código da Família da Ucrânia, se um dos cônjuges, incluindo o que tem capacidade para trabalhar, viver e cuidar de uma criança portadora de deficiência que necessite de cuidados externos constantes, tem direito a alimentos, desde que o outro cônjuge disponha dos meios necessários para o fazer.

O direito à pensão de alimentos vigora durante todo o período de convivência e de prestação de cuidados a uma criança com deficiência e não depende da situação financeira do progenitor com quem a criança vive.

O montante da pensão de alimentos ao cônjuge com quem vive a criança portadora de deficiência é determinado por decisão judicial nos termos do artigo 80.º, n.º 1, do Código, sem ter em conta qualquer prestação de alimentos por parte dos seus próprios progenitores ou de um filho(a) adulto(a).

Se uma mulher e um homem não casados viverem em família há muito tempo e um deles passar a ter uma incapacidade para o trabalho durante a sua coabitação, tem direito a uma pensão de alimentos nos termos do artigo 76.º do Código.

5. Uma mulher e um homem que não são casados entre si se o(a) filho(a) em comum viver com um deles (artigo 91.º do Código da Família da Ucrânia).

A mulher ou o homem não casados um com o outro tem direito a receber uma pensão de alimentos se o(a) filho(a) viver consigo nos termos do artigo 84.º, n.ºs 2 a 4, do artigo 86.º e do artigo 88.º do Código da Família da Ucrânia.

6. As crianças e os filhos adultos com incapacidade para o trabalho têm direito a alimentos por parte de outros familiares e parentes se não tiverem progenitores (capítulo 22 do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos do artigo 181.º do Código da Família da Ucrânia, as modalidades segundo as quais os progenitores cumprem a sua responsabilidade pelo sustento das crianças são estabelecidas por acordo entre eles.

Por acordo entre os progenitores da criança, o progenitor que vive separadamente da criança pode participar na sua pensão de alimentos em espécie ou financeiramente.

Por decisão judicial, o pagamento de alimentos para crianças (pensão de alimentos) é concedido em percentagem dos rendimentos da mãe ou do pai ou em montante fixo, à escolha do progenitor ou de outro representante legal da criança com quem a criança vive.

O método para a cobrança de alimentos é estabelecido por uma decisão judicial e pode ser alterado por outra decisão a pedido do beneficiário de alimentos.

O pagamento de alimentos para crianças recebido em relação à criança é propriedade da criança (artigo 179.º do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos do artigo 265.º do Código da Família da Ucrânia, os avós devem sustentar os seus netos menores e jovens se estes não tiverem progenitores ou se os progenitores não puderem prestar-lhes o sustento adequado, desde que os avós disponham dos meios para o fazer.

O artigo 267.º do Código da Família da Ucrânia estabelece que os irmãos adultos devem sustentar os irmãos menores e jovens que necessitem de apoio financeiro se estes não tiverem progenitores ou cônjuges ou se, por razões válidas, essas pessoas não puderem prestar-lhes o sustento adequado, desde que os irmãos adultos disponham dos meios necessários para o fazer.

Os irmãos adultos devem sustentar outros irmãos adultos com incapacidade para o trabalho e que necessitem de apoio financeiro se estes últimos não tiverem cônjuge, progenitores ou filhos adultos, desde que os irmãos adultos disponham de meios para o fazer.

A responsabilidade de um padrasto ou de uma madrasta de sustentar os(as) enteado(as) é estabelecida pelo artigo 268.º do Código da Família da Ucrânia, segundo o qual o padrasto ou a madrasta deve sustentar os enteados menores ou jovens que vivem com eles se estes últimos não tiverem progenitores, avós ou irmãos adultos, ou se estas pessoas não puderem, por razões válidas, prestar-lhes o sustento adequado, desde que o padrasto ou a madrasta disponha dos meios necessários para o fazer.

O tribunal pode dispensar o padrasto ou a madrasta da sua responsabilidade de sustentar os enteados ou limitá-la a um determinado período, em especial caso: vivam pouco tempo com a mãe ou o pai; e/ou a mãe ou o pai da criança apresente um comportamento inadequado na relação conjugal.

Nos termos dos artigos 269.º a 272.º do Código da Família da Ucrânia, as pessoas em cuja família uma criança foi educada devem prestar-lhe apoio financeiro se não tiver progenitores, avós ou irmãos adultos, desde que essas pessoas disponham de meios para o fazer.

7. Filhos adultos até aos 23 anos que prosseguem os seus estudos e necessitam de apoio financeiro: até terminarem os estudos (artigo 199.º do Código da Família da Ucrânia).

8. Progenitores com incapacidade para o trabalho e que necessitam de apoio financeiro (artigos 172.º, 202.º e 203.º do Código da Família da Ucrânia).

Nos termos dos artigos 202.º e 203.º do Código da Família da Ucrânia, um(a) filho(a) adulto(a) deve sustentar os progenitores com incapacidade para o trabalho e que necessitem de apoio financeiro.

Se a mãe ou o pai tiver sido privado dos seus direitos parentais e esses direitos não forem restabelecidos, o(a) filho(a) em relação à qual esses direitos foram perdidos não tem a responsabilidade de sustentar a mãe ou o pai.

Além da prestação de alimentos, o(a) filho(a) deve contribuir para as despesas suplementares dos progenitores causadas por doença ou enfermidade grave.

Se o(a) filho(a) adulto(a) não cuidar dos progenitores com incapacidade para o trabalho e que estejam doentes, as despesas relacionadas com a prestação de cuidados podem ser recuperadas por decisão judicial (artigo 172.º do Código da Família da Ucrânia).

9. Avós ou bisavós com incapacidade para o trabalho que necessitam de apoio financeiro e não têm cônjuge ou um(a) filho(a) adulto(a), ou estas pessoas não conseguem, por razões válidas, prestar-lhes o sustento adequado (artigo 266.º do Código da Família da Ucrânia).

Os netos e os bisnetos adultos devem sustentar os avós e bisavós com incapacidade para o trabalho, que necessitem de apoio financeiro e que não tenham cônjuge ou filho(a) adulto(a), ou

estas pessoas não consigam, por razões válidas, prestar-lhes um sustento adequado, desde que os netos e/ou bisnetos adultos disponham dos meios necessários para o fazer.

10. Padrasto ou madrasta com incapacidade para o trabalho e que necessite de apoio financeiro, familiares e outras pessoas com quem a pessoa vivia como família até essa pessoa atingir a maioridade (artigo 270.º artigo 271.º do Código da Família da Ucrânia).

Um(a) enteado(a) adulto(a) deve sustentar o padrasto ou a madrasta com incapacidade para o trabalho e que necessite de apoio financeiro, se o padrasto ou a madrasta tiver prestado regularmente apoio material durante pelo menos cinco anos, desde que o(a) enteado(a) disponha dos meios para o fazer.

A responsabilidade de o(a) enteado(a) sustentar o padrasto ou a madrasta surge se estes não tiverem cônjuge, filho(a) adulto(a) ou irmãos, ou se essas pessoas não puderem, por razões válidas, prestar-lhes um sustento adequado.

Se uma pessoa viveu com os seus familiares ou outras pessoas como família até atingir a maioridade, essa pessoa deve sustentar esses familiares e outras pessoas com incapacidade para o trabalho e com quem tenham vivido durante, pelo menos, cinco anos, desde que essa pessoa disponha dos meios para o fazer.

Esta responsabilidade surge se a pessoa que necessita de apoio financeiro não tiver cônjuge, filho(a) adulto(a) ou irmãos ou se estas pessoas não puderem, por razões válidas, prestar-lhes apoio adequado.

Durante o processo de execução, o oficial de justiça que tenha a seu cargo a execução transfere a pensão de alimentos cobrada para a conta bancária ou para qualquer outra instituição financeira indicada por um requerente num requerimento escrito ou envia-a para o endereço postal do requerente por via postal, sendo as despesas contabilizadas como parte das custas processuais.

Se o oficial de justiça responsável pela execução não dispuser das informações necessárias para transferir a pensão de alimentos cobrada, informa por escrito o requerente da necessidade de o requerente fornecer informações sobre o método de transferência dos alimentos cobrados, os dados da conta bancária ou os dados de qualquer outra instituição financeira ou de um prestador de serviços de pagamento não bancário para receber a pensão de alimentos (se disponível) [capítulo XVI(2)7) das Orientações relativas à administração da execução de decisões judiciais (*Instruktsia z orhanizatsii prymusovoho vykonannya rishen*)].

### **5) Que organismo público decide a atribuição de pensões de alimentos na Ucrânia (é sempre o tribunal)? Que tipo de pensão de alimentos é concedida pelo tribunal e que tipo de pensão de alimentos é concedida por outro organismo público?**

Os tipos de pensão de alimentos especificados na pergunta 4, «Como e a quem deve ser paga a pensão de alimentos?» (pontos 1 a 10), podem ser atribuídos pelo tribunal ou estabelecidos por um contrato de prestação de alimentos celebrado pelas partes.

Este contrato deve ser certificado por um notário. As partes deste contrato podem determinar livremente o montante da pensão de alimentos, o modo de pagamento e a frequência.

### **6) Como é calculada a pensão de alimentos em benefício dos filhos e a pensão de alimentos para a família? É possível rever uma decisão em caso de alteração do custo de vida ou da situação familiar? Em caso afirmativo, de que forma (por exemplo, através de um ajustamento automático por indexação)?**

O artigo 182.º do Código da Família da Ucrânia prevê que, ao determinar o montante do abono de família, o tribunal considera:

- 1) A situação sanitária e financeira da criança;
- 2) A situação sanitária e financeira do devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos;
- 3) Se o devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos tem outros filhos, ou um cônjuge, progenitores, filho(a) com incapacidade para o trabalho;

3<sup>1</sup>) Se, com base na propriedade, posse e/ou utilização, o devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos tem bens e direitos de propriedade, incluindo bens móveis e imóveis, dinheiro, direitos exclusivos de propriedade intelectual, direitos empresariais;

3<sup>2</sup>) Se o devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos tem despesas comprovadas pelo requerente da pensão para o filho que incluem a aquisição de bens imóveis ou móveis cujo custo excede 10 vezes o mínimo de subsistência de uma pessoa com capacidade para o trabalho, e a pessoa que paga a pensão à criança não tiver demonstrado a fonte desses fundos;

4) Outras circunstâncias significativas.

A pensão de alimentos em benefício dos filhos deve ser fixada num montante suficiente e adequado para assegurar o desenvolvimento harmonioso da criança.

O montante mínimo garantido da pensão de alimentos em benefício dos filhos não pode ser inferior a 50 % do mínimo de subsistência correspondente à idade da criança.

O montante mínimo recomendado da pensão de alimentos em benefício dos filhos é igual ao mínimo de subsistência correspondente à idade da criança e pode ser atribuído pelo tribunal se o devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos tiver rendimentos suficientes.

O tribunal não fica limitado pelo montante dos rendimentos do devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos se determinar a existência de despesas que excedem os seus rendimentos e o referido devedor não demonstrar a fonte dos fundos utilizados para cobrir essas despesas.

Nos termos do artigo 183.º do Código da Família da Ucrânia, o tribunal determina a parte dos rendimentos do progenitor a pagar a título de pensão de alimentos em benefício dos filhos.

Se a pensão de alimentos em benefício dos filhos for cobrada relativamente a dois ou mais filhos, o tribunal determina a parte dos rendimentos do progenitor para os sustentar a todos que deve ser cobrada até o filho mais velho atingir a maioridade.

Se, depois de o filho mais velho atingir a maioridade, nenhum dos progenitores tiver apresentado ao tribunal um pedido para determinar o montante da pensão de alimentos para o(s) outro(s) filho(s), a pensão de alimentos é cobrada deduzindo uma parte proporcional relativamente ao filho que tenha atingido a maioridade.

O progenitor ou outro representante legal da criança com quem a mesma vive tem o direito de solicitar ao tribunal que emita uma decisão judicial para cobrar alimentos no montante de um quarto dos rendimentos do devedor da pensão de alimentos em benefício dos filhos, um terço no caso de duas crianças, ou metade no caso de três e mais crianças, até um máximo de 10 vezes, o mínimo de subsistência correspondente à idade da criança, relativamente a cada criança.

Nos termos do artigo 184.º do Código da Família da Ucrânia, o tribunal determina a pensão de alimentos em benefício dos filhos como um montante pecuniário fixo a pedido do beneficiário da pensão de alimentos.

O montante da pensão de alimentos em benefício dos filhos que tenha sido estabelecido pelo tribunal ou acordado entre os progenitores como um montante pecuniário fixo é ajustado anualmente, em conformidade com a lei, salvo acordo em contrário entre o devedor e o beneficiário da pensão de alimentos em benefício dos filhos. A pedido do beneficiário da pensão de alimentos em benefício dos filhos, o tribunal pode proceder ao ajustamento por indexação relativamente a outro período.

O progenitor ou outro representante legal da criança com quem a mesma vive tem o direito de solicitar ao tribunal que emita uma decisão judicial para cobrar alimentos no montante de 50 % do mínimo de subsistência correspondente à idade da criança.

No entanto, importa referir que o tribunal pode posteriormente reduzir ou aumentar o montante da pensão de alimentos em benefício dos filhos estabelecido por decisão judicial ou acordado entre os progenitores, na sequência de um pedido do devedor ou do beneficiário da pensão de alimentos em benefício dos filhos, se a sua situação financeira ou conjugal tiver mudado, o estado de saúde de um deles se tiver deteriorado ou melhorado e noutros casos previstos no Código.

***Sobre a determinação do montante de outras formas de pensão de alimentos para a família***

O artigo 80.º do Código da Família da Ucrânia prevê que a pensão de alimentos é atribuída a um dos cônjuges em percentagem dos rendimentos do outro cônjuge e/ou sob a forma de um montante pecuniário fixo.

O tribunal determina o montante da pensão de alimentos para um dos cônjuges, tendo em conta as possibilidades de serem sustentados por um(a) filho(a) adulto(a) e/ou pelos seus progenitores, bem como outras circunstâncias importantes.

O tribunal pode posteriormente alterar o montante da pensão de alimentos que fixou a pedido do devedor ou do beneficiário da pensão de alimentos, se a sua situação financeira e/ou conjugal tiver mudado.

O artigo 205.º do Código da Família da Ucrânia prevê que o tribunal fixa o montante da pensão de alimentos para os progenitores como um montante pecuniário fixo e/ou em percentagem dos rendimentos, tendo em conta a situação financeira e conjugal das partes.

Ao determinar o montante da pensão de alimentos e das despesas adicionais, o tribunal tem em conta se os outros filhos relativamente aos quais não tenha sido intentada qualquer ação de prestação de alimentos, o cônjuge e os seus próprios progenitores podem prestar alimentos.

Em casos excecionais, se um progenitor ou ambos estiverem gravemente doentes ou forem portadores de deficiência e os filhos tiverem rendimentos suficientes, o tribunal pode decidir cobrar junto destes, sob a forma de um montante fixo ou em prestações ao longo de um determinado período, as despesas associadas ao tratamento e aos cuidados.

Nos termos do artigo 272.º do Código da Família da Ucrânia, o montante da pensão de alimentos cobrada a outros familiares e parentes em benefício dos filhos e de adultos com incapacidade para o trabalho e que necessitem de apoio financeiro é determinado em percentagem dos rendimentos ou sob a forma de um montante pecuniário fixo.

Ao determinar o montante da pensão de alimentos, o tribunal tem em conta a situação financeira e familiar do devedor e do beneficiário da pensão de alimentos.

Se a ação não for intentada contra todas as pessoas responsáveis, mas apenas contra algumas delas, o montante da pensão de alimentos é determinado em função da responsabilidade de todas as pessoas responsáveis pela prestação de alimentos. O montante total da pensão de alimentos em benefício dos filhos a recuperar por um filho deve, em qualquer caso, ser suficiente e adequado para assegurar o desenvolvimento harmonioso da criança e não pode ser inferior a 50 % do mínimo de subsistência correspondente à idade da criança.

O montante total mínimo recomendado da pensão de alimentos em benefício dos filhos a cobrar junto de outros familiares e parentes é igual ao mínimo de subsistência correspondente à idade da criança e pode ser atribuído pelo tribunal se o devedor da pensão de alimentos tiver rendimentos suficientes.

Se a situação financeira ou conjugal da pessoa que paga alimentos ou da pessoa que recebe alimentos mudar, o tribunal pode alterar o montante ou dispensar o pagamento de alimentos a pedido de qualquer das partes.

Se existirem outras circunstâncias importantes, o tribunal pode dispensar do pagamento de alimentos as pessoas enumeradas nos artigos 267.º a 271.º do referido Código.

Nos termos do artigo 192.º do Código da Família da Ucrânia, o tribunal pode reduzir ou aumentar o montante da pensão de alimentos em benefício dos filhos estabelecido por decisão judicial ou acordado entre os progenitores, na sequência de um pedido do devedor ou do beneficiário da pensão de alimentos, se a sua situação financeira ou conjugal mudar, se o estado de saúde de um deles se deteriorar ou melhorar e noutros casos previstos no Código.

O artigo 71.º, parte 1, da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução (*Pro vykonavche provadzhenia*) prevê que o procedimento de cobrança da pensão de alimentos é determinado por lei. O oficial de justiça responsável pela execução cobra junto do devedor a pensão de alimentos no montante estabelecido por título executivo, mas não inferior ao mínimo de subsistência previsto no Código da Família da Ucrânia.

O oficial de justiça responsável pela execução procede ao ajustamento por indexação do montante da pensão de alimentos estabelecido sob a forma de um montante fixo, em conformidade

com o procedimento definido pelo Gabinete de Ministros da Ucrânia, salvo disposição em contrário do título executivo ou do contrato de prestação de alimentos para crianças celebrado entre os progenitores.

O ajustamento por indexação do montante da pensão de alimentos é efetuado anualmente, a partir do segundo ano após o estabelecimento da pensão de alimentos.

Se o próprio requerente enviar o título executivo diretamente a uma empresa, a uma instituição, a uma organização, a um empresário individual ou a uma pessoa singular enumerada no artigo 7.º, parte 1, da referida Lei, o montante da pensão de alimentos estabelecido sob a forma de um montante fixo é ajustado por indexação em conformidade com a Lei da Ucrânia relativa ao ajustamento por indexação dos rendimentos pecuniários da população (*Pro indeksatsiiu hroshovykh dokhodiv naseleennia*), salvo disposição em contrário do título executivo ou do contrato de prestação de alimentos para crianças celebrado entre os progenitores.

**7) Nas decisões proferidas pelos tribunais ucranianos, o montante da pensão de alimentos representa frequentemente 1/4 do salário ou uma parte do mínimo de subsistência.**

**a). Como obter informações sobre o mínimo de subsistência? (Existe uma página oficial? A autoridade central da Ucrânia facilita a obtenção dessas informações? Em caso afirmativo, com base em quê, etc.?)**

O artigo 40.º, parte 1, n.º 9, do Código do Orçamento da Ucrânia (*Biudzhety kodex Ukrainy*) prevê que a Lei do Orçamento de Estado da Ucrânia (*Zakon pro Derzhavny biudzhety Ukrainy*) estabeleça, nomeadamente, o montante do mínimo de subsistência para o período orçamental em causa, calculado por mês e por pessoa e calculado separadamente para os principais grupos sociais e demográficos da população e em que medida é assegurado o mínimo de subsistência para o período orçamental em causa.

O artigo 41.º, parte 2, n.º 4, do Código prevê que, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado da Ucrânia para o período em curso, as normas sociais e as garantias sociais, incluindo o mínimo de subsistência, a medida em que deve ser assegurado, o salário mínimo, os subsídios, as compensações e as garantias à população para o período orçamental em curso são aplicados nos mesmos montantes e nas mesmas condições que estavam em vigor em dezembro do período orçamental anterior.

Nos termos do artigo 4.º, parte 3, da Lei da Ucrânia relativa ao mínimo de subsistência (*Pro prozhytkovy minimum*), o mínimo de subsistência por pessoa e separadamente para as pessoas pertencentes aos principais grupos sociais e demográficos da população deve ser aprovado anualmente pelo Verkhovna Rada da Ucrânia, adotando a Lei do Orçamento de Estado da Ucrânia para o ano em causa.

As informações sobre o mínimo de subsistência estão disponíveis na Lei do Orçamento de Estado da Ucrânia para o ano em causa, no sítio Web do Verkhovna Rada da Ucrânia, disponível em <https://www.rada.gov.ua/>, na rubrica «Legislação» (*Zakonodavstvo*).

Se necessário, o organismo requerente pode solicitar ao Ministério da Justiça da Ucrânia que forneça informações sobre o mínimo de subsistência.

Nos termos do artigo 6.º, alínea g), da Convenção de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, as autoridades centrais devem facilitar a obtenção de provas documentais ou outro tipo de provas que sejam necessárias para apreciar os pedidos e estejam enumeradas no artigo 10.º da Convenção.

Assim, quando o Ministério da Justiça da Ucrânia recebe um pedido da autoridade central de um Estado estrangeiro, fornece-lhe informações sobre o mínimo de subsistência correspondente aos grupos etários das crianças.

**b). Como receber informações oficiais sobre o salário mensal do devedor? A autoridade central da Ucrânia facilita a obtenção dessas informações?**

No âmbito dos processos de execução, o oficial de justiça responsável pela execução recebe informações oficiais sobre o salário mensal do devedor através da apresentação de inquéritos, pedidos ou outros tipos de atos processuais, tal como previsto na Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução e noutros regulamentos.

A Convenção de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família prevê que as autoridades centrais ajudem a obter informações pertinentes sobre os rendimentos e, se necessário, outras circunstâncias financeiras do devedor e do credor, incluindo a localização dos bens.

No entanto, essas informações só podem ser fornecidas mediante pedido. Quando o Ministério da Justiça da Ucrânia recebe um pedido de informações sobre os rendimentos de uma pessoa, organiza a execução na Ucrânia na sua qualidade de autoridade central.

**8) É possível obter uma declaração oficial sobre o montante mensal atual da prestação e/ou da pensão de alimentos em atraso? Em caso afirmativo, quem pode solicitar essa declaração: apenas o credor/devedor ou também uma autoridade estrangeira? Quem está autorizado a emitir essas declarações e pode a autoridade central da Ucrânia facilitar a sua obtenção?**

Nos termos do artigo 71.º, parte 4, da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução, o oficial de justiça responsável pela execução deve calcular o montante das pensões de alimentos em atraso mensalmente e ajustar por indexação o montante da pensão de alimentos em conformidade com a parte 1 do mesmo artigo.

O oficial de justiça responsável pela execução tem de informar a pessoa que requer a cobrança e o devedor sobre os pagamentos em atraso, caso:

- 1) Seja recebido um título executivo do credor;
- 2) Seja apresentado um pedido pelo credor ou pelo devedor;
- 3) Seja enviada uma decisão a uma empresa, a uma instituição, a uma organização, a um empresário individual ou a uma pessoa singular que pague ao devedor, respetivamente, o salário, a pensão, a bolsa de estudo ou outros tipos de remunerações;
- 4) Seja enviado um título executivo a outro serviço público de execução com base no âmbito das suas competências;
- 5) Seja encerrado o processo de execução.

O referido artigo, parte 13, da Lei prevê que, a pedido do credor, o serviço público de execução ou um oficial de justiça privado responsável pela execução emite uma declaração sobre a pensão de alimentos em atraso no prazo de três dias úteis, nas circunstâncias previstas na lei.

A declaração sobre a pensão de alimentos em atraso é válida durante um mês a contar da data da sua emissão.

O Ministério da Justiça da Ucrânia deve estabelecer o formato da declaração.

Nos termos do capítulo XVI(7) das Orientações relativas à administração da execução de decisões judiciais, quando o serviço público de execução ou um oficial de justiça privado responsável pela execução recebe um pedido do credor para emitir uma declaração sobre os pagamentos de alimentos em atraso, a referida citação ou notificação ou o oficial de justiça privado responsável pela execução têm de emitir, no prazo de três dias úteis, a declaração de alimentos em atraso certificada por um carimbo oficial do serviço público de execução ou do oficial de justiça privado responsável pela execução.

Para emitir a declaração, o oficial de justiça responsável pela execução calcula o montante das pensões de alimentos em atraso desde a data da notificação do título executivo. Se o montante total das pensões de alimentos em atraso desde a data da apresentação do título executivo e até à sua execução for inferior ao montante dos pagamentos correspondentes durante três meses, o serviço público de execução ou o oficial de justiça privado responsável pela execução informa por escrito o credor da recusa de emissão da declaração e fornece-lhe o cálculo dos pagamentos em atraso.

**9) Nos casos relativos à concessão de pensão de alimentos em benefício dos filhos, pode ser exigida informação oficial sobre os progenitores da criança. Nos termos do artigo 6.º, n.º 2, alínea g), da Convenção da Haia de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, pode a autoridade central da Ucrânia facilitar a obtenção de documentos nestes casos?**

As informações sobre o local de registo de uma pessoa no território da Ucrânia podem ser fornecidas quando for recebido um pedido ao abrigo da Convenção da Haia de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família. Todas as outras informações – sobre o rendimento, as circunstâncias financeiras, os bens e/ou a situação conjugal de uma pessoa singular, etc. – só podem ser obtidas com base numa decisão judicial emitida em conformidade com um tratado internacional, em especial a Convenção de 1970 sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial.

**10) Como determinar o endereço da pessoa obrigada a pagar alimentos (devedor)? Pode a autoridade central da Ucrânia fornecer a outras autoridades centrais o endereço do devedor mediante pedido de adoção de medidas específicas adequadas nos termos do artigo 7.º da Convenção da Haia de 2007? Quanto tempo demora normalmente a receção de uma resposta ao pedido de adoção de medidas específicas adequadas (por exemplo, a autoridade central tem acesso direto a esses dados ou necessita de solicitar essas informações a um registo específico, etc., o que é moroso)?**

O artigo 4.º da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução estabelece os requisitos obrigatórios do título executivo.

Nos termos do referido artigo, parte 1, n.º 3, da Lei, o título executivo inclui: nome completo (no caso das pessoas coletivas) ou apelido, nome e patronímico, se aplicável (para as pessoas singulares) do credor e do devedor, endereço legal (para as pessoas coletivas) ou endereço/local de residência (para as pessoas singulares), data de nascimento do devedor (para as pessoas singulares).

Nos termos do artigo 19.º da referida Lei da Ucrânia, nas circunstâncias pertinentes, as partes devem notificar imediatamente por escrito o oficial de execução, o mais tardar no dia útil seguinte, se o devedor tiver executado a sentença de forma independente, no todo ou em parte; se existirem circunstâncias que conduzam à suspensão obrigatória da execução; se tiver sido concedido um diferimento ou tiver sido elaborado um plano de prestações; se o método e o procedimento de execução da decisão tiverem sido alterados; se o local de residência ou de estada (incluindo o seu registo) ou o endereço legal tiverem mudado; e se o devedor (pessoa singular) tiver mudado de local de trabalho.

O artigo 18.º, parte 3, n.º 3, da referida Lei da Ucrânia prevê que, para proteger os interesses do credor durante o processo de execução, o oficial de execução tem o direito de obter gratuitamente esclarecimentos, declarações e outros tipos de informações, incluindo informações confidenciais, junto das autoridades estatais, empresas e organizações, independentemente da sua propriedade, bem como de funcionários, partes e outros participantes no processo.

Além disso, nos termos do referido artigo, parte 5, da Lei, durante a execução da sentença, o oficial de execução tem o direito de aceder diretamente a informações, incluindo informações confidenciais, constantes de bases de dados e registos públicos, incluindo em formato eletrónico, relativas aos devedores, aos seus bens, rendimentos e fundos.

Nos termos do artigo 36.º, parte 1, da referida Lei da Ucrânia, se não existirem informações sobre o local de residência ou de estada do devedor que seja uma pessoa singular, ou da criança, no caso de um título executivo para a retirada da criança, o oficial de execução solicita ao tribunal que emita um mandado de busca do devedor ou da criança.

Se o Ministério da Justiça da Ucrânia receber um pedido da autoridade central de um Estado estrangeiro para determinar o endereço de uma pessoa no território da Ucrânia, em conformidade

com os objetivos da Convenção de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, o Ministério toma as medidas adequadas.

Em especial, a autoridade central envia um pedido ao Serviço Nacional de Migração da Ucrânia ou às autoridades de registo, uma vez que esta autoridade não tem acesso ao registo. A apreciação de tais pedidos demora entre um e dois meses [capítulo I(8)2), ponto 2, das Diretrizes sobre a aplicação na Ucrânia da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, Despacho n.º 2904/5 do Ministério da Justiça da Ucrânia, de 15 de setembro de 2017 (*Instruktsia pro vykonannia v Ukraini Konventsii pro mizhnarodne stiagnennia alimentiv na ditei ta inshykh vydiv simeinoho utrymannia vid 15.09.2017 № 2904/5*)].

O pedido deve incluir o apelido, o nome e o patronímico da pessoa, a sua data de nascimento e, se possível, o seu local de nascimento, bem como o seu último local de residência conhecido.

Além disso, nos termos do artigo 11.º da Lei da Ucrânia relativa à informação (*Pro informatsiu*), não é permitido recolher, armazenar, utilizar ou divulgar informações confidenciais sobre uma pessoa sem o seu consentimento, exceto nos casos previstos por lei e apenas no interesse da segurança nacional, do bem-estar económico e da proteção dos direitos humanos. As informações confidenciais sobre a pessoa singular incluem, em especial, dados sobre a sua etnia, educação, estado civil, fé, saúde, bem como o seu endereço e data e local de nascimento.

Por conseguinte, o pedido deve especificar a finalidade para a qual estas informações são solicitadas.

### **11) Se a pessoa com a obrigação de alimentos (devedor) não pagar alimentos voluntariamente, que medidas podem ser tomadas para a sua execução?**

O procedimento de cobrança de alimentos está previsto no artigo 71.º da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução.

Se o montante total das pensões de alimentos em atraso exceder o montante devido durante três meses, a cobrança pode ser concretizada através de penhora dos bens do devedor.

A cobrança concretizada por penhora do salário não impede a cobrança através da penhora dos bens do devedor, se o montante total dos pagamentos em atraso em dívida exceder o montante dos pagamentos devidos durante três meses.

Se o montante total das pensões de alimentos em atraso exceder o montante devido durante quatro meses, a cobrança pode ser concretizada através de penhora dos bens do devedor.

1) Suspender o direito do devedor de viajar para fora da Ucrânia até ao pagamento integral da pensão de alimentos em atraso;

2) Suspender o direito do devedor à carta de condução até ao pagamento integral da pensão de alimentos em atraso;

3) Suspender o direito do devedor de utilizar armas de caça, armas pneumáticas e armas desativadas, ou de dispositivos produzidos internamente para disparar cartuchos equipados com borracha ou projéteis não letais semelhantes, até ao pagamento integral da pensão de alimentos em atraso;

4) Suspender o direito do devedor a uma licença de caça até ao pagamento integral da pensão de alimentos em atraso. Se for paga pensão de alimentos em benefício dos filhos com deficiência, uma criança com lesões perinatais graves do sistema nervoso, doenças congénitas graves, uma doença «órfã» rara, doenças oncológicas ou onco-hematológicas, paralisia cerebral, doenças mentais graves, diabetes tipo I (insulinodependente), doenças renais agudas ou crónicas da fase IV, ou para sustentar uma criança com ferimentos graves que necessite de transplantação de órgãos ou de cuidados paliativos, o oficial de justiça responsável pela execução toma as decisões referidas supra quando o montante das pensões de alimentos em atraso exceder o montante dos pagamentos devidos durante três meses.

Note-se que, nos termos do capítulo XIII(10)<sup>2</sup>21) das «Disposições finais e transitórias» da Lei, as resoluções emitidas pelo oficial de justiça responsável pela execução para suspender o direito

dos devedores de utilizarem armas de caça, armas pneumáticas e armas desativadas, bem como dispositivos produzidos internamente para disparar cartuchos equipados com borracha ou projéteis não letais semelhantes, foram suspensas até à caducidade ou revogação da lei marcial no território da Ucrânia.

Se o montante total das pensões de alimentos em atraso exceder o montante dos pagamentos pertinentes devidos durante um ano, o oficial de justiça responsável pela execução toma a decisão de aplicar uma multa ao devedor no montante de 20 % do montante das pensões de alimentos em atraso.

Se o montante total das pensões de alimentos em atraso exceder o montante dos pagamentos pertinentes devidos durante dois anos, oficial de justiça responsável pela execução toma a decisão de aplicar uma multa ao devedor no montante de 30 % do montante das pensões de alimentos em atraso.

Se o montante total das pensões de alimentos em atraso exceder o montante dos pagamentos pertinentes devidos durante três anos, o oficial de justiça responsável pela execução toma a decisão de aplicar uma multa ao devedor no montante de 50 % do montante das pensões de alimentos em atraso.

No futuro, se o montante das pensões de alimentos em atraso do devedor exceder o montante total dos pagamentos pertinentes devidos durante um ano, o oficial de justiça responsável pela execução toma uma decisão sobre o montante da multa, tal como estabelecido no ponto 1 da referida parte. Os montantes das multas estabelecidos na presente parte devem ser cobrados ao devedor de acordo com o procedimento previsto na presente lei e transferidos para o credor (artigo 71.º, parte 14, da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução).

Além disso, o artigo 183.º<sup>1</sup> do Código da Ucrânia relativo às infrações administrativas (*Kodeks Ukrainy pro administratyvni pravoporushennia*) estabelece a responsabilidade administrativa pelo não pagamento de alimentos.

Assim, se as ações do devedor constituírem uma contraordenação nos termos do artigo 183.º<sup>1</sup> do Código das Contraordenações da Ucrânia, o oficial de justiça responsável pela execução redige um protocolo relativo à contraordenação e submete-o a um tribunal cuja competência abranja o endereço jurídico do serviço público de execução. O artigo 164.º do Código Penal da Ucrânia (*Kryminalny kodeks Ukrainy*) prevê a responsabilidade penal pela evasão ao pagamento da pensão de alimentos em benefício dos filhos. O artigo 477.º, parte 1, do Código de Processo Penal da Ucrânia define uma ação penal privada como um processo penal iniciado por um investigador ou um procurador com base apenas no pedido da vítima relativamente a infrações penais previstas, em especial, no artigo 164.º, parte 1, do Código Penal da Ucrânia. Assim, o credor tem o direito de apresentar às autoridades responsáveis pela aplicação da lei uma queixa relativa à infração penal prevista no referido artigo do Código Penal da Ucrânia.

## **12) É possível descrever sucintamente quaisquer restrições à execução, incluindo regras jurídicas em matéria de proteção dos devedores e o período de prescrição no sistema de execução ucraniano?**

Os artigos 34.º e 35.º da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução estabelecem os fundamentos e os prazos para a suspensão das medidas de execução no âmbito do processo de execução.

As disposições do artigo 48.º da referida Lei proíbem a penhora e a apreensão de fundos numa única conta bancária aberta em conformidade com o procedimento previsto no artigo 35.º<sup>1</sup> do Código Tributário da Ucrânia (*Podatkovy kodeks Ukrainy*), em contas bancárias correntes com um regime especial de utilização aberto nos termos do artigo 8.º, parte 2(1), da Lei da Ucrânia relativa à indemnização por danos e à destruição de certas categorias de objetos imobiliários em resultado de hostilidades, atos terroristas, sabotagem causada por agressão armada da Federação da Rússia contra a Ucrânia e do registo público de património danificado e destruído em resultado de hostilidades, atos terroristas, sabotagem causada por agressão armada da Federação da Rússia contra a Ucrânia (*Pro kompensatsiu za poškodzhene ta znyshchene vnaslidok boiovykh dii maino [...]*), ou em fundos de outras contas bancárias cuja apreensão e/ou penhora seja proibida por lei.

Além disso, nos termos do artigo 48.º, parte 7, da referida Lei, se o montante a recuperar no âmbito do processo de execução não exceder 20 salários mínimos, a residência única do devedor e o terreno em que se situa essa residência não podem ser penhorados. Neste caso, o oficial de justiça responsável pela execução deve tomar medidas para executar a decisão em detrimento de outros tipos de bens do devedor.

Além disso, o artigo 73.º da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução prevê uma lista de fundos que não estão sujeitos a penhora:

1. Não podem ser penhorados os seguintes pagamentos:
  - 1) Indemnizações por despedimento pagas em caso de despedimento de um trabalhador;
  - 2) Compensação a um trabalhador por conta de despesas incorridas devido à sua transferência, destacamento em trabalho para outra zona ou viagem de negócios;
  - 3) Disponibilização de terreno, prestações, outros fundos pagos em vez de ajudas de custo diárias e subsídios de alojamento;
  - 4) Apoio financeiro a pessoas privadas de prestações de desemprego;
  - 5) Subsídio de gravidez e de nascimento;
  - 6) Subsídio de nascimento de montante fixo;
  - 7) Subsídio de adoção;
  - 8) Subsídio por filhos sob tutela ou cuidados;
  - 9) Abono de família para mães solteiras;
  - 10) Subsídio para cuidadores de três ou mais filhos com menos de 16 anos; subsídio para cuidadores de uma criança com deficiência; subsídio por incapacidade temporária para o trabalho para cuidadores de um filho doente; e outros abonos de família previstos na lei;
  - 11) Subsídio de tratamento médico;
  - 12) Subsídio de funeral;
  - 13) Apoio financeiro mensal relacionado com o consumo limitado de alimentos produzidos localmente e em explorações agrícolas pessoais para cidadãos residentes no território sujeito a contaminação radioativa;
  - 14) Subsídios de almoço e vales de reabilitação e prestação de cuidados de curto prazo prestados pelo fundo de consumo.
2. Também não podem ser penhorados os seguintes pagamentos:
  - 1) Valor não tributável do apoio financeiro;
  - 2) Compensação monetária pela prestação uniforme e em espécie;
  - 3) Subsídio de saída em caso de despedimento (demissão) do serviço militar, do serviço de polícia e do serviço público de execução criminal da Ucrânia, bem como apoio pecuniário que não seja permanente e noutros casos previstos por lei;
  - 4) Apoio financeiro de montante fixo em caso de morte, deficiência ou incapacidade parcial para o trabalho sem nenhuma categoria de deficiência atribuída a militares, a pessoas responsáveis pelo serviço militar e a oficiais na reserva convocados para exercícios (ou testes) militares e exercícios especiais ou para serviço na reserva militar;
  - 5) Apoio pecuniário relacionado com próteses gratuitas (ortóteses) prestado a um participante na operação antiterrorista, a um participante nas medidas nacionais de segurança, defesa, resistência e dissuasão contra a agressão armada da Federação da Rússia nas regiões de Donetsk e Lugansk que perderam funções nos seus membros, ou assistência caritativa recebida por essas pessoas, independentemente da sua dimensão e origem.

### **13) As organizações públicas ou privadas podem efetuar adiantamentos de alimentos, no todo ou em parte, em substituição do devedor enquanto se encontram na Ucrânia?**

A legislação da Ucrânia em vigor não prevê que as organizações públicas ou privadas efetuem adiantamentos de alimentos, no todo ou em parte, em substituição do devedor enquanto se encontrem na Ucrânia.

**14) Existem custos adicionais relacionados com a apresentação de um pedido em tribunal ou com o processo de execução? Em caso afirmativo, até que montante podem chegar? Se os recursos financeiros forem insuficientes, é possível obter apoio judiciário para cobrir as custas judiciais ou as custas do processo de execução?**

A legislação ucraniana não prevê que o credor pague quaisquer custas aquando da apresentação de um título executivo para executar a cobrança de alimentos.

No entanto, nos termos do artigo 43.º da Lei da Ucrânia relativa aos processos de execução, o oficial de justiça responsável pela execução pode incorrer em despesas diferentes das estabelecidas pelo Ministério da Justiça da Ucrânia para assegurar o processo de execução, desde que o credor pague um adiantamento obrigatório.

Uma vez concluído o processo de execução ou devolvido o título executivo ao credor, este recebe o adiantamento, salvo disposição em contrário da lei.

Ao apresentar um pedido ao Ministério da Justiça da Ucrânia ao abrigo da Convenção de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família, o requerente deve anexar as informações sobre a sua situação financeira.

O Ministério da Justiça trata os pedidos e transfere-os, através do Centro de Coordenação do Apoio Judiciário Livre (*Koordynatsiiny tseñtr z nadannia bezoplatnoi pravnychoi dopomohy*), para centros regionais de apoio judiciário secundário gratuito.

Nos termos da Convenção da Haia de 2007, a apreciação dos pedidos não implica custas judiciais, exceto no que respeita a pedidos de investigação de paternidade.

Relativamente às ações de investigação de paternidade, são devidas custas judiciais no montante de 0,4 do mínimo de subsistência correspondente às pessoas com capacidade para o trabalho [artigo 4.º, parte 2(2)3 da Lei da Ucrânia relativa às custas judiciais (*Pro sudovy zbir*)].